CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1452/87

INTERESSADA : Secretaria da Educação

ASSUNTO : Consulta quanto aos procedimentos a serem adotados, quando ao recebimento de alunos, que por motivo de força maior ficaram longo tempo privados de atividades escolares

RELATOR : Cons° Arthur Fonseca Filho

PARECER CEE N° 1319/87 APROVADO EM 09/09/87

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO:

1.1. O Sr. Secretário de Estado da Educação, em 12/08/87, encaminha a este Colegiado, consulta formulada pela Coordenadoria do Ensino do Interior, cujos termos são os que seguem:

"Tendo em vista as dúvidas apresentadas pelas Delegacias de Ensino e Divisões Regionais de Ensino jurisdicionada a esta Coordenadoria, quanto aos procedimentos a serem adotados nos casos de alunos transferidos de outros Estados da Federação, cujas fichas individuais apresentam inexistência de registros de frequência e avaliação referentes a períodos em que ocorreram greves do magistério e, com objetivo de esclarecê-las, solicitamos a Vossa Excelência o encaminhamento da presente consulta ao Conselho Estadual de Educação, considerando que

1) a legislação vigente somente dispõe sobre:

a) compensação da ausências, nos casos em que houve, por parte do aluno, excesso de faltas (artigo 85 - RCEEPG);

b) avaliação do aproveitamento e cômputo de frequência a partir da matrícula na escola de destino, quando o aluno não cursou componente curricular previsto para a série (artigo 17 da Deliberação CEE 15/85);

c) matrícula de alunos sem documentação escolar (artigo 10 da Deliberação CEE 15/85,

2) o Conselho Estadual de Educação já se pronunciou sobre procedimentos a serem adotados nos casos de alunos que tiveram suas vidas escolares afetadas pela ocorrência de situações excepcionais, semelhantes ao que ora é relatado, através dos Pareceres:

- n° 142/87, que regulariza a vida escolar dos alunos do município de Cajamar, no ano de 1986, em face da situação de calamidade pública;

- n° 594/84, anexo à Deliberação CEE 5/84, que autoriza as transferências e matrículas no 1° e 2° graus da rede estadual de ensino de alunos migrantes, vitimados pelas enchentes do Sul que, por esse motivo, não podem apresentar a documentação escolar exigida;

- nº 996/85, que responde a consulta sobre os procedimentos a serem adotados para a matrícula de alunos oriundos da FEBEM, que possuem documentação escolar e que são recebidos no decorrer do ano letivo e não frequentaram escola no ano da matrícula;

- nº 261/85, 999/85, 425/83, que regularizam a vida escolar de alunos da EEPG "Comendador Pereira Inácio", de Votorantim, atingida por forte enchente que destruiu grande parte da documentação escolar.

A presente consulta preende-se ao fato desta Coordenadoria de Ensino estar preocupada em garantir a uniformidade de procedimentos pedagógico-administrativos a serem adotados pelas DRES sob sua jurisdição, visando com isso dar um atendimento justo a esta clientela escolar.

2. APRECIÇÃO:

A consulta formulada pela CEI, demonstra que as normas já formuladas por este Conselho (Deliberações) não provêm solução genérica para os problemas decorrentes da situação em que, por motivo de força maior, um contingente significativo de alunos, foi privado das atividades escolares, por um período da tempo considerável.

A inexistência dessas normas é decorrência da própria excepcionalidade de que se reveste cada uma dessas situações. Assim, a solução apontada para os alunos da Cajamar (Parecer CEE nº 122/87) ou para os da EEPG "Comendador Pereira Inácio", levava em consideração o fato de que a grande maioria desses estudantes viria a ser absorvida por determinadas unidades escolares, o que implicavam numa possibilidade de melhor atendimento, quer do ponto de vista pedagógico quer do administrativo.

Nesta oportunidade, o caminho apontado não pode ser o mesmo. As escolas do Estado de São Paulo estão recebendo, por transferência e nas mais diversas unidades escolares, alguns alunos procedentes de outros estados da federação, onde praticamente não houve aulas, em razão da greve do magistério.

Entendemos que esses alunos não podem ser penalizados com a perda do ano letivo. A solução do ponto de vista administrativo é a de se adotar o princípio constante no artigo 17 da Deliberação CEE 15/85: (itens II a III)

Art. 17

II - "A avaliação do aproveitamento será feita em função do período realmente cursado na escola de destino;

III - o cômputo de frequência será feito sobre o total, do aulas ministradas na escola de destino, a partir da data do matrícula.

Quanto ao atendimento pedagógico, as escolas que receberam ou vierem a receber esses alunos, devem estabelecer um plano da recuperação no limite de suas possibilidades, seja através de frequência à aula ou de trabalhos individuais, ou ainda de quaisquer outros recursos, sempre no sentido de lavar o aluno a recuperar o tempo perdido e principalmente levando-se em consideração, especialmente no processo de avaliação, o aproveitamento demonstrado, no efetivo período de frequência à escola.

3. CONCLUSÃO:

Responda-se à Secretaria de Estado da Educação nos termos deste Parecer.

CESG, aos 26 de agosto de 1987.

a) Cons° Arthur Fonseca Filho
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão das Câmaras do Ensino do Primeiro e Segundo Graus, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 09 de setembro de 1987.

a) Cons° JORGE NAGLE
Presidente